

TENDÊNCIAS, PERSPECTIVAS E MUDANÇAS
NA ECONOMIA E NA SOCIEDADE AMAZÔNICAS

Samuel Benchimol
Professor Titular e Coordenador da Comissão de
Documentação e Estudos da Amazônia - CEDEAM -
da Universidade do Amazonas

1720
Comp



COMISSÃO DE DOCUMENTAÇÃO E ESTUDOS DA AMAZÔNIA - CEDEAM
Edição Comemorativa do 10º Aniversário de criação da Univ. Federal de Mato Grosso

Manaus/80

56C-39592
-J.937-

- INTRODUÇÃO
- O PERFIL DO UNIVERSO
- A ECONOMIA OSTENSIVA DOS RECURSOS NATURAIS
- A EXAUSTÃO DO MODELO EXTRATIVO-MERCANTIL
- OS NOVOS CORREDORES DE EXPORTAÇÃO DA FLORESTA
- A LÓGICA DO ESTIRÃO
- A SUPERAÇÃO DA DISTÂNCIA
- OS EFEITOS DA SINERGIA
- A DESCOBERTA DOS NOVOS RECURSOS
- O MAPA DA MINA
- A EXPANSÃO DA FRONTEIRA INTERNA
- A OCUPAÇÃO DA TERRA E AS TENSÕES SOCIAIS
- OS FLUXOS DOS MIGRANTES E UMA NOVA ORDEM AGRÍCOLA
- A IMPLOÇÃO NAS CIDADES
- A POLARIZAÇÃO NO ESPAÇO
- A EXPANSÃO DEMOGRÁFICA NA AMAZÔNIA E NO CENTRO-OESTE
- PROJEÇÕES E ANTECIPAÇÕES

1720
Comp

Ann
12/2

INTRODUÇÃO

A realização desta semana comemorativa do décimo aniversário de criação da UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO, enseja-nos oportunidade para reflexões críticas sobre o papel das universidades amazônicas na formação das lideranças regionais e na geração das expectativas psicossociais das comunidades. Esse papel, que revela responsabilidades e, basicamente, resume compromissos na promoção de valores, tende a assumir uma crescente importância na medida em que se processa a integração do conhecimento, do ensino e da pesquisa.

Sabemos que a Amazônia de hoje vive nova e mutável realidade, cuja percepção somente será possível através de uma metodologia interdisciplinar, com as indispensáveis condicionantes econômica, social e ecológica, que consideram as peculiaridades e as vivências das diferenciadas Amazônias oriental, ocidental e mediterrânea.

As tendências, perspectivas e mudanças econômicas e sociais nesse nosso macro-universo implicam vasta gama de informações e de conhecimentos mensurados, necessários para a tentativa de projeção da imagem de cada uma dessas Amazônias - onde estão sendo implantados grandes e ambiciosos projetos de desenvolvimento, objetivando-se a exploração de recursos minerais, florestais, agro-industriais e hidrelétricos, uns de caráter público e outros de iniciativa privada nacional ou multinacional.

Participando deste significativo evento da UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO, sentimos que são óbvias as dificuldades nos enfoques dos temas que lhes interessam, como mestres desta atual geração de universitários e como agentes de mudanças.

Começamos com um modesto perfil do nosso universo amazônico.

INFORMACIÓN

El presente informe tiene por objeto informar a la Junta de Gobierno de la Universidad de Chile sobre el estado de los trabajos de la Comisión de Estudios de la Facultad de Filosofía y Letras, en el período comprendido entre el 1.º de mayo y el 31 de mayo de 1964. Los trabajos se han desarrollado en el marco de la planificación de la Facultad, de acuerdo con el plan de estudios y el programa de actividades que se aprobó en la sesión del 1.º de mayo de 1964.

En el período comprendido entre el 1.º de mayo y el 31 de mayo de 1964, se han desarrollado los trabajos de la Comisión de Estudios de la Facultad de Filosofía y Letras, de acuerdo con el plan de estudios y el programa de actividades que se aprobó en la sesión del 1.º de mayo de 1964.

Los trabajos se han desarrollado en el marco de la planificación de la Facultad, de acuerdo con el plan de estudios y el programa de actividades que se aprobó en la sesión del 1.º de mayo de 1964. En el período comprendido entre el 1.º de mayo y el 31 de mayo de 1964, se han desarrollado los trabajos de la Comisión de Estudios de la Facultad de Filosofía y Letras, de acuerdo con el plan de estudios y el programa de actividades que se aprobó en la sesión del 1.º de mayo de 1964.

En el período comprendido entre el 1.º de mayo y el 31 de mayo de 1964, se han desarrollado los trabajos de la Comisión de Estudios de la Facultad de Filosofía y Letras, de acuerdo con el plan de estudios y el programa de actividades que se aprobó en la sesión del 1.º de mayo de 1964.

O PERFIL DO UNIVERSO

O bioma amazônico constitui, em verdade, um conglomerado de ecossistemas representativos de diferentes segmentos da paisagem regional.

Esse bioma compreende:

1- U'a macro-região geográfica, abrangendo 30º de longitude e 23º de latitude, que configura no seu relevo: a) a planície litorânea (litoral amapaense, golfo marajoara, leste paraense, guiana e golfo maranhense); b) a planície central que se espraia no delta-estuário do Marajó, estrangula-se na região de Óbidos e se expande em leque a oeste (Baixo, Médio e Alto Amazonas); c) a região da encosta meridional guianense (peneplano do Amapá, região montanhosa da Serra da Lua a Tumucumaque; peneplano do alto Rio Branco, região montanhosa de Parima-Pacaraima; e o peneplano do alto Rio Negro); d) a região da encosta setentrional do planalto brasileiro na zona dos chapadões e serras de transição do chamado escudo sul-amazônico; e) a região cisandina que principia no alto Amazonas, Marañon e Ucayale-Urubamba, e nos arcos sudoeste e noroeste da Amazônia Brasileira, até encontrar as suas nascentes andinas em Vilcanota, no planalto de La Raya.

2- Uma bacia hidrográfica, de extensa penetração continental, balisada no seu eixo por cerca de 7.200 km de percurso da sua nascente até a sua foz, contendo um quinto das disponibilidades de água doce, responsável pela drenagem de uma vigésima parte da superfície terrestre, quatro décimos da América do Sul e três quintos do Brasil, que carrega para o mar cerca de três milhões de ton/dia de sedimentos a uma velocidade de vazão de 220.000 m³ por segundo. Bacia hidrográfica que penetra fundo no mediterrâneo continental, graças ao seu traçado tipo espinha de peixe de seus afluentes.

entes boreais e austrais, com mais de 80.000 km de vias navegáveis de diferentes calados, dos quais cerca de 16.800 km de cursos de águas perenes e livres, com um potencial hidrelétrico de 100.000.000 de kw.

3- Uma cobertura florística neo-trópica que compreende: a) uma floresta tropical chuvosa de terra-firme e de áreas de inundação (Hiléia), semelhante às florestas da Centro-América e do Caribe e às florestas da África Tropical, da Indo-Malásia e da Austrália-Polínésia; heteróclita e biologicamente rica, com uma capacidade de produção de quase 1.000 ton de biomassa por hectare (William Rodrigues), com cerca de 350 milhões de hectares, equivalente a 70 bilhões de m³ de madeira em pé, dos quais 280 milhões de hectares dentro da Amazônia Brasileira, abrangendo cerca de 10% da biota do planeta, equivalente a um milhão de espécies da flora e fauna; b) uma floresta de transição de caatingas, savanas, campinas, cerrados, lavrados e llanos, ao norte e ao sul da bacia na medida que nos aproximamos do maciço pré-cambriano das Guianas e do escudo cristalino do planalto central; c) uma vegetação montanhosa no arco cisandino e guiano; d) uma vegetação costeira dos mangais e das extensas praias do litoral atlântico.

Dentro desse complexo bioma - condicionado pelas diferentes regiões geográficas submetidas à diversidade de relevo, climas, ciclos hidrológicos, índices pluviométricos, insolação e humidade; irrigado por uma extensa rede de rios de água barrenta, preta e cristalina de diferentes graus de fertilidade; com florestas de terra-firme assentadas sobre latossolos e oxissolos pobres, com manchas de alfissolos entrópicos; matas em áreas de inundação sobre alfissolos e aluissolos dos ricos varzeados ou de vegetação arbórea de reduzida biomassa das savanas, cerrados e campinas; e ainda fauna silvestre e aquática - estruturam-se os nossos delicados ecossistemas, nos quais se processam os fluxos de energia, a ciclagem de nutrientes, as cadeias alimentares, apoiados por um regime de mutualismo e interdependência, que garantem o estado de equilíbrio dinâmico de todo o sistema.

A ECONOMIA OSTENSIVA DOS RECURSOS NATURAIS

Durante séculos o homem amazônico viveu e conviveu integrado nessa paisagem como parte do meio-ambiente, adaptando-se à contingência do meio e procurando tomar partido dos recursos naturais mais ostensivos: a floresta e o rio. O rio como linha e menor resistência dava-lhe a mobilidade para vencer a distância, enquanto a floresta propiciava-lhe o almoxarifado para o seu abastecimento e sobrevivência, a despeito de representar o caminho do maior esforço e sacrifício.

Tornou-se coletor de drogas, especiarias, frutos silvestres; caçador de bichos do mato no ambiente florestal da terra-firme, ou pescador quando situado às margens dos rios e lagos; e agricultor nas várzeas da planície de inundação periódica. Nem por isso devemos subestimar a sua capacidade de ação e trabalho no setor do extrativismo vegetal e animal.

A memória histórica registra que, sem agressão ecológica ou destruição da floresta, o homem conseguiu usufruí-la muito bem, explorando e produzindo num período de cem anos 2.500.000 toneladas de borracha, a um valor estimado de us\$2,5 bilhões, e, como coletor de castanha, extraindo cerca de 3 milhões de toneladas, equivalente a um valor de us\$2 bilhões. Se a esses produtos silvestres acrescentarmos os óleos essenciais, as resinas, couros e peles, fibras, raízes, farmácios e madeiras nobres, facilmente chegaremos à conclusão que, no decorrer de um século, foram usufruídos da floresta amazônica o equivalente a us\$6 bilhões em produtos silvestres. Se ainda adicionarmos o produto oriundo da pesca artesanal, das roças e da agricultura alimentar, o total da atividade econômica de subsistência e de mercado deve ter atingido facilmente um total de us\$10 bilhões. Temos aí um esforço produtivo anual de us\$100

milhões para uma população numericamente inexpressiva, eis que no início do século a Amazônia contava apenas com uma população de 700.000 habitantes no Censo Demográfico de 1900. Estatisticamente, uma renda anual per-capita de us\$1,500.00, superior à média atual do brasileiro na entrada dos anos 80.

Como epítáfio desse sucesso da empresa extrativa devemos registrar o holocausto de cerca de 250.000 vidas de cearenses e nordestinos, que, tangidos pela seca, como flagelados, tentaram fazer a Amazônia e foram vitimados pela doença e pelo abandono. Se fosse possível descontar da contabilidade, há pouco mencionada, o valor das vidas consumidas, a soma algébrica de diferenças zeria a conta de resultados, para não falar em saldo negativo - pois a vida humana não tem preço.

A EXAUSTÃO DO MODELO EXTRATIVO-MERCANTIL

É de compreender-se que os modos e meios de produção voltados para a grande área do extrativismo e para os entrepostos mercantis urbanos cumpriram o seu papel nos tempos heróicos da conquista e do povoamento a qualquer custo e preço. O esgotamento desse modelo e a sua inviabilidade tornaram-se patentes na medida em que não puderam modernizar-se pela adoção de novas tecnologias e criação de políticas voltadas para o seu desenvolvimento e para a integração com o resto do país.

A exaustão do modelo extrativista-mercantil, iniciada na década dos anos 20 quando a revolução da heveicultura do sudeste asiático adquiriu momentum, causou a estagnação e conseqüente regressão da atividade econômica e social, agravada por fatores psíquicos de inércia e imobilismo. Já não havia mais o anterior dinamis-

mo provocado pela demanda dos mercados externos, então excitados pelo monopólio natural e escassez de alguns produtos florestais extraídos de modo artesanal. Tudo isso conferiu à economia e à sociedade amazônica um alto grau de dependência externa. Essa dependência, ao não promover a absorção de tecnologia, por via de importação, ou a sua criação, com adaptação às novas contingências mundiais, fez prevalecer a lógica do estirão, do isolamento e da distância, que sempre atormentou a Amazônia, pelos altos custos de transferência que sujeita a produção regional a fretes e riscos elevados, somente possíveis de serem incorporados ao valor do produto se as cotações dos preços forem bastantes elevadas e justifiquem a empresa exportadora.

OS NOVOS CORREDORES DE EXPORTAÇÃO DA FLORESTA

A implantação dos corredores rodoviários e a atual valorização dos recursos florestais desencadearam uma nova corrida e abriram perspectivas para a continuidade do modelo, desde que, abandonando-se práticas predatórias, possamos fazer gerência e manejo auto-sustentado. O monopólio natural das madeiras nobres e outras especiarias florestais constituem, hoje, atividades que voltam a despertar a cobiça e o interesse do mercado interno e mundial. Belém-Brasília, Cuiabá-Santarém, Porto Velho-Cuiabá e Manaus-Boa Vista tornaram-se grandes corredores de exportação de recursos florestais. Calculamos que cerca de 500 caminhões por dia trafegam nessas rodovias, transportando cada um, em média, 7 m³/dia de madeiras em toras, pranchões e serrados, equivalentes a 1.200.000 m³/ano,

que ao preço médio de Cr\$14.000,00 p/m³ CIF (Cr\$8.000 + Cr\$6.000,00 de frete), corresponde a um valor de cerca de Cr\$17 bilhões (us\$260 milhões). Em termos de madeiras nobres, como a floresta só dá uma safra, corremos o risco de crescente empobrecimento biológico, caso o modelo não implante técnicas de manejo e regeneração florestal.

Assim como as florestas varzeanas foram sendo empobrecidas pela proximidade do acesso do rio, as terras firmes florestadas à beira das estradas sofrem um intenso processo de devastação pela pecuária, deslocando a exploração madeireira para os centros do mato da Hiléia, encarecendo os custos e fazendo, novamente, prever a solidão e a esterilidade da distância e do estirão.

A LÓGICA DO ESTIRÃO

Essa lógica do estirão tornou-se assim um fator limitante na incorporação e expansão da fronteira econômica através das frentes pioneiras que subiam do delta para os altos rios, ou partindo do planalto central desciam do cerrado para a floresta tropical chuvosa, já que as frentes andinas e guianenses eram fronteiras amortecidas pelo obstáculo das cordilheiras e do planalto setentrional com os seus degraus e as suas corredeiras que inviavam a descida nos altos rios em direção à calha central.

Esse quadro tradicional explica, mas não justifica, a inércia. Durante tantas décadas havíamos de manter e perenizar uma sociedade estratificada na sua solidão, encarcerada no imenso espaço vazio, desarticulada nos seus elos de solidariedade, passiva na sua vontade e frustrada para o exercício da ação criadora e

inovadora. Mais ainda: politicamente silenciosa, enclausurada nos seus nichos, sem voz, nem voto, tribuna ou manchete na opinião e na consciência nacional.

A SUPERAÇÃO DA DISTÂNCIA

O processo de mudança dessa imagem da Amazônia dos anos 30 e 40, seria paulatinamente realizado: 1) pela intervenção dos poderes públicos, que de forma errática e assimétrica foram se tornando presentes nesse vasto incúmeno; 2) pela revolução tecnológica nos meios de transporte, comunicação e sensoriamento remoto; 3) pela transformação social e mudança das expectativas.

Primeiramente, através da ação política institucional dos órgãos e agências de financiamento e desenvolvimento implantados a partir da década dos anos 50, o Poder Público passou a agir motivado para a indispensável criação de uma consciência amazônica na opinião pública brasileira, estimulando as iniciativas pública e privada. Em seguida, investimentos de infraestrutura em eletrificação de estradas, portos, aeroportos, torres de micro-ondas e de televisão e estações de satélites, aerofotogrametria e imagens pelo radar, o que permitiu mapeamento da região e descoberta de potenciais de seus recursos naturais. Depois, ação continuada na infraestrutura social criada através de escolarização e difusão das universidades e institutos de pesquisa, ampliação da rede hospitalar, saneamento básico e vacinação massiva, assim protegendo a saúde do homem, aumentando o seu horizonte de vida, elevando as suas aspirações e seu nível de coragem e ousadia.

A conjuntura mundial da crise de petróleo, porém, novamente

ameaça a viabilidade da Amazônia, pois o deslocamento de sua produção a grandes distâncias faz subir os custos de transferência, afetando a sua competitividade nos mercados interno e exterior.

OS EFEITOS DA SINERGIA

Os impactos nesses três níveis estão tendo efeitos sinérgicos na Região Amazônica, isto é, na medida que uma ação ou um agente passa a se combinar com outro ou outrem, multiplica os seus efeitos de aceleração, passando a valer mais que a soma algébrica dos seus componentes, produzindo modificações tanto quantitativas como qualitativas nos seus resultados.

Os efeitos sinérgicos provocam uma reação em cadeia, desencadeando, ao mesmo tempo ou em fases prospectivas posteriores, desequilíbrios e instabilidades em todo o sistema. Afloram à superfície da lâmina e do espelho, as correntes d'água submersas e revoltas, provocando o turbilhonamento das energias latentes e escondidas no fundo dos leitos. Através dos efeitos substituição, complementariedade e correção, passam a exigir instrumentos novos, a custos crescentes, para superar os pontos de estrangulamento dos fluxos produtivos e sociais, ou minimizar as sequelas dos erros e danos causados pela pressa, improvisação ou desconhecimento das ações perturbadoras originadas, ora da agressão predatória ao meio ambiente, ora fruto do deslocamento humano das migrações internas e extra-regionais que passaram a afluir para os centros urbanos expulsos do seu chão e atraídos pelo canto da yara da cidade-grande.

A DESCOBERTA DOS NOVOS RECURSOS

O conhecimento e a informação constituem as duas fontes básicas do poder individual e da nação. Na medida em que se povoa mais a região, esse processo de revelação, que a princípio se fazia mediante a lei estocástica da sorte e do azar, i.e., através do processo conhecido por "serendipity" (H.Kahn) - achar aquilo que não se procura ou procurar a esmo aquilo que está escondido - cu através da regra do polegar, tende a se transformar em busca e pesquisa sistemática, regular e metódica.

Sabia-se apenas que possuíamos a maior bacia hidrográfica do mundo e que a Amazônia era a região mais rica do planeta em recursos naturais florestais, abrangendo talvez 10% das espécies vivas de plantas, cerca de 1.000.000 de variedades genéticas de flora e fauna - e isto foi pesquisado pelos naturalistas que percorreram a região no século passado e no atual: Alexandre Rodrigues Ferreira, Martius Humboldt, Agassis, Wallace, Bates, Goeldi, Le Comte, Sioli e tantos outros eminentes sábios e cientistas - no entanto, as informações que nos foram transmitidas, muitas vezes foram mais o produto de generalizações e impressionismos, quando não reflexo da imaginação exaltada e magnificada pela opressão da grandeza de um mundo desconhecido.

Partindo desse acervo de informações da arqueociência, que não pode ser desprezado, os estudos e a pesquisa amazônica se beneficiaram nesta última década pela nova instrumentação científica no campo da geologia, morfologia, hidrologia, fotogeografia, limnologia, pedologia e mineralogia.

No campo da geologia, pelas equipes sísmicas e estratigráficas da Petrobrás, foi possível conhecer os perfis e horizontes do subsolo da faixa sedimentar e da plataforma submarina, que abri-

ram novas perspectivas para a descoberta de indícios de petróleo na bacia de Cassiporé em Amapá, no golfeão marajoara, na bacia de Barreirinha e no Médio Amazonas, e detectar aquelas falhas geológicas suscetíveis de armazenamento de gás e hidrocarbonetos em Alter do Chão, no Tapajós; Nova Olinda, no Madeira; em Autaz, no Médio Amazonas; e agora a revelação do gás natural de Carauari, nas selvas do Juruá. Mesmo quando as pesquisas não revelaram a existência de armadilhas primárias de bonanza, importantes achados minerais como os evaporitos, salgema e silvita do Madeira, o calcário na região de Maués, Itaituba e Monte Alegre abriram novas perspectivas para o futuro, no campo dos combustíveis fósseis e de minerais metálicos e não metálicos.

O MAPA DA MINA

Os trabalhos de campo e de garimpagem iniciaram as descobertas. Em seguida, as equipes do Projeto RADAM, com radares aerotransportados, de visada lateral e utilizando a fotografia infravermelha, tornaram possíveis atravessar a espessa cobertura das nuvens equatoriais para realizar o levantamento dos recursos naturais e traçar os primeiros perfis da geo-estratigrafia e geologia, da ocorrência de minerais, da geomorfologia, fitoecologia, inventários florestais, áreas de tensão ecológica e de desmatamento, tipos de solo, seu uso potencial e aptidão agrícola. Esse projeto, publicado em dezoito volumes, constitui hoje o maior acervo científico que a Amazônia dispõe para uso dos seus planejadores, pesquisadores, administradores e empresários. As imagens dos rios e lagos, do relevo e da cobertura florística são tão perfeitas que

necessitamos hoje rever e corrigir nossa cartografia primitiva, implicando em um novo redimensionamento e interpretação espacial e econômica.

Deste modo, foi menos árduo redescobrir a Amazônia e identificar as suas múltiplas vocações e partir para novos programas que irão projetar a região no contexto brasileiro, com um peso e carga estratégica que jamais se ousaria prever. Os investimentos induzidos para esses projetos e descobertas há hoje apresentam a região como a maior província mineral brasileira. Da Serra do Navio para o porto de Santana saem hoje 700.000 ton/ano de manganês; do porto de Trombetas 3 milhões de ton/ano de bauxita; de Munguba, no Jari, 200.000 ton/ano de caulim; de Rondônia 6.000 ton/ano de cassiterita; de Serra Pelada, Itaituba e Maués, 20 ton/ano de ouro.

Rosenstein Rodam, na sua teoria do big-push, preconizava para as áreas subdesenvolvidas de grande dimensão continental e carentes de infraestruturas e mercados, porém ricas em recursos naturais, a construção de grandes complexos agro-industriais e minerais que pudessem se beneficiar da proximidade de geração de grandes blocos de energia a preços baixos. A Amazônia Oriental passou, assim, a oferecer as condições ideais para essa política de desenvolvimento dada as condições excepcionais do seu potencial hidrelétrico nas bacias de Tocantins, Xingu e Tapajós, que combinados com os recursos minerais de bauxita do Trombetas e Paragominas; do caulim do Jari; do manganês da Serra do Navio; do ferro, cobre e ouro da Serra de Carajás, vão dar uma nova dimensão à economia regional.

O Projeto Carajás, por si só, constitui hoje o maior empreendimento minero-metalúrgico do continente, prevendo-se, nos seus desdobramentos de uma década, investimentos da ordem de us\$30 bilhões para uma produção prevista de 5 milhões de toneladas de sinter, 7 milhões de ton/ano de gusa e ferro esponja, 2 milhões de ton/ano de coque, 12 milhões de ton/ano de exportação de bauxita, 3,2 milhões de ton/ano de alumina, 780 mil ton/ano de alumínio metálico, 400 mil ton/ano de ferro-níquel e ferro-manganês - além de 1 milhão de toneladas de concentrados de cobre, cuja receita

GRANDE PROJETO CARAJÁS

I - PROJETOS DE MINÉRIO DE FERRO E ASSOCIADOS

Discriminação	Produção t/ano	Inversões us\$ milhão	Receita Anual us\$ milhão
1. Minério de Ferro	35.000.000	2.500	700
2. Sínter	5.000.000	260	150
3. Ferro-gusa (AF e FER)	7.000.000	2.030	880
4. Ferro-esponja	2.000.000	500	220
5. Ferro-níquel (20.000 de Ni contido)	1.660.000	1.120	400
6. Ferro-manganês (alto carbono e ferro silício-manganês)	150.000	500	220
7. Semi-acabados de aço	10.000.000	9.000	2.500
TOTAL	60.810.000	15.910	5.070

Fonte: Jornal de Brasília, edição de 20.11.1980

II - PROJETOS DE MINERAIS NÃO-FERROSOS

Discriminação	Produção t/ano	Inversões us\$ milhão	Receita Anual us\$ milhão
1. ALUMÍNIO			
Trombetas			
- Bauxita	2.000.000	400	68
- Alumina	640.000	571	200
- Alumínio	320.000	1.342	460
Carajás	240.000	1.160	430
Paragominas	1.500.000	10.400	3.390
Produtos			
- Bauxita			
- Alumina			
- Alumínio			
- Laminados			
2. COBRE			
Produtos		1.500	770
- Concentrado	1.060.000		
- Cobre Metálico	160.000		
Produtos Associados			
- Ouro	6,5	-	-
- Ácido Sulfúrico	470.000		
3. SILÍCIO METÁLICO	30.000	50	40
TOTAL	6.420.006,5	15.423	5.358

Fonte: Jornal de Brasília, edição de 20.11.1980

GRANDE PROJETO CARAJÁS

III - PROJETOS AGRO-INDUSTRIAIS-PECUÁRIOS

Projeto	Inversões us\$ milhão	Receita Anual us\$ milhão
1. CARVÃO VEGETAL - Aquisição de Áreas, desbastamento, reflorestamento, exploração florestal, carvoejamento - 179.000 ha.	1.360	420
2. AGRICULTURA - Incorporação de 1,5 milhão ha divididos em módulos, para produção de arroz, milho, feijão, mandioca, soja, cana-de-açúcar, dendê, babaçu e outras culturas adequadas.	570	830
3. PECUÁRIA - Incorporação de 1 milhão ha divididos em módulos, visando a criação semi-confinada, cultura forrageira e produção de ... 100 mil t/ano gado.	350	223
4. CARVÃO-COQUE - Visando ao suprimento das necessidades da produção siderúrgica regional.		

Fonte: Jornal de Brasília, edição de 20.11.1980

anual irá ultrapassar, na década dos anos 90, a mais de us\$10 bilhões anuais de exportação de minérios e produtos metálicos nos polos de Carajás, São Luis e Barcarena.

De repente nos tornamos a maior província mineral brasileira, cujo impacto, quer em termos de criação de emprego, geração de divisas, aproveitamento de recursos do sub-solo, terão profundos efeitos multiplicadores e de transformação na economia e na sociedade amazônicas. A construção em curso da estrada de ferro de Carajás à Ponta do Madeira para escoamento do minério, bem como a construção de eclusas no rio Tocantins como via alternativa e de acesso ao planalto central e a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, a maior usina geradora do país, com capacidade instalada de 4 mil megawatts de potência, asseguram a viabilidade do empreendimento, caso não faltem os recursos financeiros para a sua total implantação.

A EXPANSÃO DA FRONTEIRA INTERNA

Vivemos a era do mundo finito, conforme assinalou Paul Valery, na qual a idéia imperial de fronteira e do espaço sem fim a descobrir foi substituída pela noção do espaço limitado e restrito dentro das soberanias políticas já consolidadas. Deste modo, as nações de base continental, como o Brasil, voltaram-se para a ocupação e povoamento de seus espaços internos, procurando tirar proveito e vantagens dos seus próprios recursos, mediante o alargamento de sua fronteira econômica, incorporação de novas áreas agrícolas e implantação de infraestruturas de acesso, transporte e integração de mercados.

A Amazônia, neste particular, possui uma estrutura fluvial que permite a livre navegação de longo curso na sua calha central, de Belém até Iquitos, com mais de 4.000 km de extensão no seu eixo central e cerca de 12.000 kms de vias navegáveis perenes no interior de seus tributários e afluentes ao norte, sul e oeste da bacia, até o encontro dos primeiros degraus e corredeiras do escudo guiano, planalto central e região cisandina. Esta foi a via tradicional de penetração que ensejou o assentamento colonial de vilas e cidades ribeirinhas que serviram de base e apoio para as atividades econômicas nos varzeados e terras firmes. Essa frente humana da jusante à montante, de origem lusitana, rompeu a linha de Tordesilhas, que passava na ilha de Marajó, na linha dos 49° de longitude, e expandiu o império português até o meridiano de 74° no rio Javari, a despeito da penetração espanhola que do Pacífico e das nascentes andinas, pelo Marañon e Napo, ou provenientes do Caribe e das Guianas, através do rio Branco e rio Negro também aqui se estabeleceram tornando a grande Amazônia um condomínio de nove soberanias sul-americanas, de fala portuguesa, espanhola, inglesa, holandesa e francesa, congregados hoje sob a égide do Pacto Amazônico.

A ocupação por via fluvial, no entanto, se permitiu penetrar fundo no coração do continente, se fez de modo linear, disperso e fragmentário, deixando impenetrável os interflúvios do maciço florestal e as cabeceiras dos altos rios, obstaculizados pela emergência de saltos e cachoeirinhas que na época das vazantes cortavam os elos de contacto com aquelas comunidades que haviam se organizado no sudoeste acreano ou no noroeste e norte do complexo fluvial do rio Negro-rio Branco, ou impediam o acesso ao escudo sul-amazônico e sua integração com o planalto central, outrora percorridos pelas entradas paulistas e pelos bandeirantes amazônicos.

Roy Nash, há 50 anos, previa que a ocupação e integração da Amazônia se faria no futuro, a partir do planalto brasileiro, com o natural desdobramento da fronteira humana e econômica do sul e sudeste do país, que fatalmente viriam a preponderar na região, quando o dinamismo da expansão demográfica fizessem surgir os fluxos

migratórios atraídos pelas oportunidades, horizontes de trabalho e enriquecimento que a Amazônia pudesse oferecer a essas populações excedentárias.

Mais cedo do que se pensava o país acordou para essa nova realidade e imperativo político, passando a investir na construção de uma infraestrutura rodoviária de integração do mediterrâneo amazônico com o planalto, a partir da construção de Brasília e do eixo dinâmico do centro-sul do país. Deste modo, as vias terrestres realizaram essa grande tarefa nas três últimas décadas através das rodovias: 1) Belém-Brasília; 2) Cuiabá-Santarém, Campo Grande-Porto Velho-Rio Branco-Cruzeiro do Sul; 3) Porto Velho-Manaus-Rio Branco-Fronteira Brasil-Venezuela-Guiana, além da 4) Transamazônica, no sentido leste-oeste e da inacabada e abandonada 5) Perimetral Norte, que deveria completar o enlace periférico das paralelas com os eixos longitudinais sul-norte.

Essa infraestrutura rodoviária rompeu o isolamento da região, abrindo as suas terras e o maciço florestal às investidas das correntes humanas que aqui novamente vieram "fazer a Amazônia", como nos idos do século passado e no princípio do atual, quando a avalanche nordestina, tangida pelas secas e atraída pelo "apetite da seringa", veio povoa e garantir a soberania brasileira na área.

A abertura da Amazônia pelos seus: 1) flanco oriental permitiu que o litoral amazônico e a região Tocantins-Araguaia se articulasse com a região nordestina, o planalto e os grandes mercados do centro-sul; 2) flanco ocidental ligou-se a região do oeste paulista, a região pantaneira, a bacia do Paraná no seu ramal ascendente com a floresta tropical chuvosa e aos afluentes meridionais do Madeira, Purus e Juruá, que no futuro irão ligar-se a Pucallpa e com a inacabada Carretera Marginal de la Selva, no Perú, para atingir os portos do Pacífico; 3) centro, a região matogrossense atravessando os interflúvios do Xingu-Iriri e Tapajós articulou-se com o Médio Amazonas, onde a calha central oferece, em Santarém, um escoadouro natural para a exportação e intercâmbio dos produtos florestais e minerais do maciço florestal com a produção do centro do cerrado. Ainda o prosseguimento da BR-319, Porto Velho-Manaus,

articulada com a BR-174, iniciada em Manaus, ligar a micro-região 10 do Estado do Amazonas, pelo vale do rio Negro com o rio Branco, em Roraima, rompendo o seu secular isolamento geográfico, para, finalmente, atingir a fronteira da Venezuela e das Guianas, abrindo-se uma nova rota comercial para o Caribe. De leste para oeste, a Transamazônica, no sentido das paralelas, vincula o nordeste aos grandes vales dos tributários do hemisfério sul da bacia amazônica naqueles pontos em que os rios estrangulam a navegação franca, dando força e dinamismo às velhas cidades adormecidas de Marabá, Altamira, Itaituba, Humaitá e Lábrea.

A consequência dessa infraestrutura rodoviária pioneira, ainda precária no seu leito, não estabilizado e não asfaltado - com exceção da Belém-Brasília e Porto Velho-Manaus - provocou a invasão e o assalto à Amazônia, colocando a floresta tropical chuvosa e os seus recursos nativos expostos às incursões predatórias de toda a sorte, de muitas origens.

Assim, a hileia corre perigo de empobrecimento, caso uma política florestal bem orientada não venha ser formulada, respeitando a fragilidade do seu ecossistema e o seu importante papel que representa para a vida do povo da Amazônia e de todo o país.

A OCUPAÇÃO DA TERRA E AS TENSÕES SOCIAIS

Fixadas as linhas de articulação dentro do mediterrâneo amazônico, o processo de ocupação e colonização transpôs o limite de nossa capacidade de ordenação e adequação. Por suas debilidades, os órgãos institucionais não foram capazes de conter a avalanche dos migrantes ou do estabelecimento de empresas pecuária dentro de limites aceitáveis. Estas, atraídas por uma política fiscal de in-

centivos, estabeleceram-se na área, criando as atuais 350 capitânicas do latifúndio bovino no norte goiano e matogrossense, no sul do Pará, na região Tocantina e Araguaia, no Acre, Purus e vale do Juruá, a um custo de mais de us\$500 milhões de incentivos fiscais já recebidos e mais us\$500 milhões a serem liberados. Tais empresas ocupam uma área de 8.000.000 de hectares, dos quais cerca de 4 milhões devastados para conversão em pastagens, de resultado duvidoso e incerto.

O rompimento do equilíbrio do nosso frágil ecossistema já indica, através da degradação das pastagens e regressão dos rebanhos, o grande equívoco dessa política. Hoje já se pode fazer o primeiro balanço e avaliação desse desperdício, quer em termos de criação de emprego - 16.000 a um custo per-capita de us\$70.000.00 - quer em termos de devastação predatória dos nossos recursos florestais, que deve ascender a mais de us\$1 bilhão. Mais ainda: os problemas fundiários gerados no seu bojo, através da especulação e grilagem de terra, invasão de reservas indígenas e expulsão de posseiros, criaram tensões sociais insuportáveis, cujos reflexos iremos sentir por muitas décadas ainda.

OS FLUXOS DOS MIGRANTES E UMA NOVA ORDEM AGRÍCOLA

Nem tudo porém se fez pela lei da selva. Em algumas áreas, notadamente em Rondônia, os órgãos regionais anteciparam-se à colonização dirigida ou espontânea para receber e assentar os novos colonos vindos do Paraná, S. Paulo, Espírito Santo, Minas e Rio Grande do Sul, na esteira da BR-364. Possuindo solos agrícolas mais favoráveis para o cultivo de cereais, café e cacau, o Território de

Rondônia desponta hoje como a nova fronteira agrícola da Amazônia, recebendo um fluxo migratório da ordem de 50.000 pessoas por ano.

O modelo também mudou ali. Ao invés do grande latifúndio adotou-se a política fundiária baseada na pequena e na média propriedade familiar através do sistema agrícola para o pequeno produtor. Sem os incentivos fiscais de colaboração financeira do FINAM, o processo se baseou na livre iniciativa, com o apoio dos Programas de Colonização do INCRA e do Governo do Território mediante o loteamento e o parcelamento de glebas entregues a agricultores e colonos com tradição campestre. Mais de 30.000 propriedades já foram criadas, servidas precariamente por uma rede viária vicinal e picadas de cerca de 5.000 km. Novas vilas e cidades surgiram como coqueiros às margens da rodovia: Vilhena, Ji-Paraná, Ariquemes, Cacoal, Pimenta Bueno, Colorado, Jarú, Ouro Preto, Alvorada D'Oeste.

A produção agrícola evoluiu de uma área plantada de 159.000 hectares no ano agrícola 78/79 para 280.000 ha. em 79/80, subindo o valor da produção de Cr\$280 milhões para Cr\$6.600 milhões, com predominância de arroz, milho, café, feijão, mandioca, banana e cacau. Somente a produção do arroz alcançou 1.600.000 sacos, equivalentes a 96.000 toneladas, representando o dobro da produção total do Projeto Jari, em S. Raimundo, onde a sofisticação técnica e investimentos da ordem de us\$50 milhões, no projeto de arroz, não puderam suplantar a força-de-trabalho do pequeno e médio produtor rondoniense. Ademais, com cerca de 100 milhões de covas e uma produção de 800.000 sacos de café e 150.000 sacos de cacau, a nova fronteira agrícola do sudoeste amazônico espera tornar-se o segundo polo cafeeiro e cacauzeiro do país.

Parece-nos irrecusável dizer que, com cerca de 27.000 pequenos e médios agricultores já assentados e estabelecidos, e com 11.000 projetos elaborados e distribuídos em cerca de 30.000 unidades produtoras familiares, Rondônia está dando um exemplo de que a política concentradora e fundiária do grande latifúndio não é a solução para o problema agrícola na Amazônia. O valor da sua produção agrícola, estimado em Cr\$6,6 bilhões, equivale a us\$120 milhões, sendo maior do que o produto dos projetos aprovados à cus-

QUADRO ESTIMATIVO DA EXPANSÃO DA ÁREA CULTIVADA E ACRÉSCIMO DE PRODUÇÃO DE RONDÔNIA

Produtos	Unidade	ANO AGRÍCOLA 1978/79			ANO AGRÍCOLA 1979/80			ACRÉSCIMOS (%)		
		Área de Prod. (ha)	Produção Aprov.	Valor Prod. Cr\$1.000,	Área de Prod. (ha)	Produção Aprov.	Valor Prod. Cr\$1.000,	Área de Prod. (ha)	Produção Aprov.	Valor da Produção
Arroz	sc	69.992	1.615.510	287.561	108.512	3.567.800	3.032.630	35,03%	120,84%	954,60%
Milho	sc	36.007	653.153	66.621	62.706	2.139.500	1.818.575	74,14%	227,56%	2.629,73%
Feijão	sc	20.800	153.800	76.900	37.439	431.200	366.520	79,99%	180,36%	376,61%
Mandioca	t	8.689	40.811	17.956	17.886	279.361	237.457	105,84%	584,52%	1.222,43%
Banana	cacho	16.744	22.855.600	91.422	21.889	29.769.040	208.383	30,72%	30,25%	127,93%
Café	sc	5.005	216.395	175.516	24.768	839.600	822.808	394,86%	287,99%	368,79%
Cacau	arroba	2.300	32.030	20.179	6.708	149.700	149.700	191,65%	367,37%	641,86%
TOTAL		159.537		736.155	279.908		6.636.073			

Fonte: Secretaria de Agricultura de Rondônia

ta dos incentivos fiscais com recursos do imposto de renda. Mais uma vez comprova-se, em Rondônia, a vitória bíblica do pequeno Davíd contra o gigante Golias...

A IMPLOÇÃO NAS CIDADES

A falta de um sistema e de uma política fixadora do homem no campo e a ausência de infraestrutura de apoio, salvo algumas exceções, tem levado as populações rurais a não terem outra alternativa senão bater em retirada de suas glebas para as cidades mais próximas, como estágio intermediário para, em seguida, emigrar definitivamente para os grandes centros urbanos.

Este fenômeno de urbanização crescente, que é de caráter universal e atinge o país como um todo, já se manifestou, de longa data, também na Amazônia. A partir da regressão da fronteira humana, na época da depressão dos anos 20/30, as populações da hinterlândia abandonaram os seringais e castanhais situados nos altos rios para se localizarem na calha central do Amazonas, ou nas pequenas cidades ribeirinhas do Solimões e no Médio e Baixo Amazonas, quando não regressaram de vez ao nordeste. Os censos de 1920 e 1940 comprovam o fato de que a população da Amazônia estacionou no tempo, passando de 1.439.000 habitantes para 1.462.000 em 1940, com um acréscimo inexpressivo de 23.000 habitantes em vinte anos.

A mobilidade populacional nesse ínterim e nas décadas subsequentes provocou uma significativa mudança no perfil demográfico da região, através do processo de urbanização e concentração espacial. O esvaziamento da hinterlândia tornou-se um processo irreversível, pois o impacto das expectativas e a esperança de melho-

rar seus padrões de vida passaram a atuar como focos irresistíveis de apelo às populações interioranas. Este fenômeno é válido tanto para as cidades grandes tradicionais como Belém, Manaus, São Luis e Cuiabá, Macapá, Boa Vista, Porto Velho e Rio Branco, capitais dos Estados e Territórios da Amazônia Legal, como para as cidades de médio porte ao longo do rio Amazonas e seus afluentes. Manaus e Belém concentram, hoje, quase 50% da população dos seus Estados, e mesmo cidades médias como Santarém e Parintins passaram a abrigar mais da metade dos habitantes dos seus municípios.

Destituídos de infraestrutura urbana para suportar o ônus crescente dessa onda urbanizadora, com taxas de crescimento anual que variam de 6 a 10% ao ano, é fácil prever que as tensões sociais resultantes da favelização, promiscuidade e marginalização social desaguam facilmente nas crônicas policiais de violência generalizada.

Contestar essa tendência constitui o grande desafio para os políticos, administradores, empresários e pesquisadores, cada um procurando encontrar alternativas viáveis que reformulem a política de ocupação do espaço para desconcentrar o poder decisório, descentralizar e redirecionar os investimentos, aumentar as opções e oportunidades de trabalho e emprego no meio rural.

É bem possível que os grandes projetos industriais em curso na Amazônia Oriental e o polo industrial da Zona Franca de Manaus, se internalizarem os seus efeitos multiplicadores, possam ajudar esse processo. De qualquer modo, torna-se urgente implementar e operacionalizar uma política agrária democrática e redistributiva nos moldes do modelo de Rondônia, visando a ajudar a fixação do homem ao campo; é preciso, igualmente, fortalecer a estrutura financeira dos municípios mediante uma mais equitativa distribuição da renda tributária, e, finalmente, urge reorganizar o espaço político mediante a criação de novos Estados e Territórios Amazônicos, como venho sugerindo e defendendo há mais de vinte anos.

Caso essas medidas, entre outras, não venham a ser implementadas continuaremos assistindo a migração silenciosa, anônima e crescente do povo do interior, que num gesto de frustração e re-

volta, mesmo sem eleições, vota com os pés, abandonando o seu chão desamparado e partindo para a cidade-grande: como única opção e coerção irresistível.

A DISPERSÃO E POLARIZAÇÃO NO ESPAÇO

A ocupação da Amazônia no tempo colonial e na fase do rush da borracha caracterizou-se por uma extrema dispersão do elemento humano, a ponto de romper os laços de vizinhança, intercâmbio e solidariedade. Essa foi a solução heróica e pioneira para que um mínimo de gente ocupasse, com a presença brasileira, o máximo de base territorial. Barracões, sítios, acampamentos, aldeias, vilas e cidades foram sendo plantados sem levar em conta a necessidade de vínculos, coesão e articulação que permitissem obter ganhos de escala, divisão social de trabalho, vantagens locais, produzir efeitos de aglomeração e uso mais produtivo dos fatores e recursos. A distância por si só se encarregava de aumentar o grau de isolamento e esterilizar o esforço da produção pelo aviltamento dos preços e perda nas relações de troca que beneficiavam apenas aqueles que estavam situados nos elos intermediários e terminais da corrente do transporte, do aviamento e da exportação.

Quando essa estrutura entrou em colapso, verificou-se a regressão de fronteira humana, corrigindo o efeito-dispersão. Testemunhamos, então, o polo oposto da concentração e domínio dos centros urbanos, que passaram a atuar como focos de atração e polarização nos campos político, econômico e social. O poder deslocou-se do meio rural para os grupos urbanizados, cuja força de pressão desencadeava políticas mais concentradas e oligárquicas. A imple-

são urbana que se seguiu a esse quadro constitui uma resposta adaptativa às novas estruturas criadas, permitindo a sobrevivência dos novos migrantes a despeito da precariedade, carência e degradação da qualidade de vida.

Ficamos assim plantados entre duas filosofias concen tuais de gangorra: ora o modelo dispersivo que destruía a capacidade de viabilizar o projeto amazônico, e ora o modelo urbanizador metropolitano que transformava produtores em consumidores e atuava na periferia da dependência de outro poder central representado pelo todo-poderoso executivo federal.

A alternativa para a saída desse impasse começou a surgir a partir do momento em que que conceberam polaridades técnicas nos grandes centros universitários europeus, especialmente na França, onde Perroux reformulou os conceitos de dominação do espaço e propôs a sua teoria de polarização econômica, enquanto Rosenstein Rodan teorizava sobre vantagens do grande impacto, através de localização dos grandes complexos industriais. Ambas as proposições, no entanto, foram concebidas ao tempo em que o mundo do petróleo barato permitia anular as distâncias pela velocidade e aumentar a megatonagem dos meios de transporte, e a preocupação ecológica e ambiental não havia ganho ainda os foruns de debate na consciência do povo e na ciência do homem.

A introdução desse novo vetor na problemática da ciência regional vem tornar mais complexo o planejamento dos grandes espaços, sobretudo daqueles cujo patrimônio natural necessita se desenvolver respeitando a herança biológica da criação. Schumacher, mais recentemente, com o seu admirável livro Small is Beautiful - pessimamente traduzido por O Negócio é Ser Pequeno - propôs um modelo de volta à beleza, à espontaneidade da criação, respeito à personalidade da obra do artesão, à convivência harmoniosa do pequeno e médio produtor em comunidade autárquica. Um modelo estático e de refúgio para um mundo em turbilhão e em crise de instabilidade política, explosão demográfica e de extrema dependência tecnológica, que necessita produzir mais para repartir melhor.

Necessitamos na Amazônia de hoje uma nova teoria que combine

e harmonize o aproveitamento do espaço florestal, fluvial e agrícola e o sub-solo mineral, na justa medida para desenvolver o seu imenso potencial econômico, respeitando o patrimônio biológico e ambiental, de modo a usufruí-los em benefício das gerações atuais e futuras.

A esse espaço econômico multi-dimensional o novo modelo deve incorporar o zoneamento ecológico da atividade produtora, bem como a especialização e regionalização dos diferentes polos já criados pelo programa do Polamazônia, que necessita ser melhor distribuído, reorganizado e reativado em muitos dos setores onde já atua.

Os programas do Polamazônia, inicialmente cognominados de Polos Agropecuários e Agrominerais, constituem um avanço na direção dessa política, mas a seleção dos quinze polos para a sua implementação nas áreas Xingu-Araguaia, Carajás, Araguaia-Tocantins, Trombetas, Altamira, Pré-Amazônia Maranhense, Rondônia, Acre, Jurua-Solimões, Roraima, Tapajós, Amapá, Juruema, Aripuanã e Marajó necessita de ser repensada e reavaliada. Decorrem já seis anos de sua criação (1974), tempo suficiente para se tomar melhor conhecimento dos seus resultados, a fim de um balanço das mudanças e transformações ocorridas no período.

A dinâmica do tempo e as revelações e descobertas ocorridas durante o último quinquênio induzem um novo redirecionamento. Parece-nos válida a inclusão oficial, e não apenas oficiosa, dos programas do nordeste paraense e do médio Amazonas amazonense, antes omitidos, a despeito de virem sendo alocados alguns recursos federais intermitentes e aleatórios sem compromissos de continuidade e projeção futura. A validade decorre do fato de que nessas duas áreas concentra-se o maior índice de densidade demográfica da região. Outrossim, essa revisão deve incluir um maior contingente de especialização polarizada a fim de aproveitamento das vantagens locais comparativa, a experiência agrícola, a localização dos recursos naturais e a existência de bases e distritos industriais já com altos níveis de absorção de tecnologia de ponta.

Dentro desse esquema as grandes empresas tiveram um papel importante a representar com os seus projetos já implantados, ou em

vias de implantação, como os da 1) Icomi, para o manganês no complexo Serra do Navio-Macapã; 2) Mineração Rio do Norte, para a bauxita no porto Trombetas; 3) Eletronorte, no projeto hidrelétrico de Tucuruí e nas futuras hidrelétricas de Balbina, Bem-Querere, Cachoeira Porteira, Samuel e Couto de Magalhães; 4) Mineração da Amazônia, para o complexo mineral de ferro, gusa, cobre, níquel, coque e bauxita na Serra de Carajás; 5) Albrás-Alunorte, para a produção de alumina e alumínio metálico em Vila do Conde, e do grupo Alcoa para S.Luis; 6) Vale do Rio Doce, ordenando a extração do ouro nos garimpos de Serra Pelada, Itaituba, Maués, Machado e Santa Rosa; 7) dos grupos privados que exploram a cassiterita de Rondônia, nos rios São Lourenço, Marmelos, Castanho, Candeias, Masangana e Madeirinha; 8) grupo Jari, de Daniel Ludwig, com o seu complexo agro-mineral-florestal na produção de caulim, celulose, arroz e criação de búfalos, em Monte Dourado, Munguba e S.Raimundo; 9) Petrobrás, nos campos de gás do Juruá, em Carauari, e em outros locais da plataforma submarina e nas bacias terrestres sedimentares onde as perfurações atuam; 10) Sudhevea, com o seu projeto de implantação de 100.000 hectares de seringa; 11) Suframa, com o seu distrito industrial de Manaus, que criou no centro da Amazônia Ocidental o maior polo da indústria eletro-eletrônica, ciclomotores, joalheria, relojoaria, plásticos, têxtil e de confecções, madeira, metalurgia, construção naval e outros, com a criação de 40.000 empregos diretos e uma produção equivalente a us\$2,5 bilhões; 12) Sudam, através do Finam, captando e repassando os recursos federais para as obras de infraestrutura social e econômica.

São todos estes projetos de polarização necessários, de grande significação, que já estão mudando a face e o perfil da região, fazendo com que a Amazônia, já neste ano, desse um contributo de exportação da ordem de us\$400 milhões na Amazônia Oriental e us\$100 milhões na Ocidental, com projeção para us\$500 milhões e us\$200 milhões para o exercício de 1981, respectivamente.

Alguns desses projetos, isolados ou enclavados, poderão, no entanto, acelerar o processo de concentração e urbanização, agra-

vando os problemas e tensões sociais. Por isso, torna-se urgente a criação do Polamazônia-Mirim para contrarrestar essa tendência. Deveria ser esse novo instrumento operacionalizado pelos Estados e Municípios, com a criação de pequenos e médios distritos industriais, xiloquímicos, madeiros, moveleiros, heveofabris, essências florestais, cerâmicos, têxteis e alimentares, ao lado dos distritos agro-pesqueiros dedicados à produção de culturas de subsistência em nossos férteis varzeados; igualmente, culturas perenes de frutos regionais, matérias-primas oleaginosas, látex, e produtos aromáticos, medicinais, especiarias e florestas energéticas, e outras culturas como o cacau e café, adaptando-se o modelo Taungya de outros países tropicais, consorciado com uma policultura mista de olericultura, avicultura, criatório e piscicultura.

O Polamazônia-Mirim atuaria perto das pequenas e médias cidades da hinterlândia, criando fontes diretas de suprimento alimentares e fornecimento de matérias-primas e insumos industriais a serem elaborados e industrializados nos distritos industriais vizinhos. Deste modo, fortaleceria a economia dos Municípios, Estados e Territórios, criaria empregos e melhoraria a renda e a qualidade de vida das populações rurais. E, com isso, abriria oportunidades para que pequenos e médios agricultores e industriais pudessem ser assistidos pelos incentivos fiscais e creditícios da Sudam, Suframa, Sudeco, Sudhevea, Polamazônia, Proterra, e tantos outros órgãos e agências federais com a participação direta dos Bancos e Agências Estaduais de Desenvolvimento como o Idesp, Codeama, Codisacre, Codemat, Codesaima e Coderon.

Estamos convencidos de que este esquema, conjugando a estratégia dos grandes projetos de impacto do Polamazônia-Açu com as manobras táticas e logísticas das pequenas e médias empresas do Polamazônia-Mirim, servirá para restaurar o equilíbrio e balancear as forças, engajando e mobilizando todos os setores que atuam na região. A este poderíamos chamá-lo de modelo de Polarização Dispersa.

EXPANSÃO DEMOGRÁFICA DA REGIÃO AMAZÔNICA E DO CENTRO-OESTE NA DÉCADA 1970/1980

	<u>1970</u>	<u>1980</u>	<u>1980/70</u> %
1. AMAZÔNIA ORIENTAL			
- PARÁ	2.197.000	3.481.485	58,4
- AMAPÁ	<u>116.480</u>	<u>179.326</u>	<u>53,9</u>
	2.313.480	3.660.811	58,2
2. MARANHÃO (todo o Estado)	3.037.135	4.056.794	33,6
3. AMAZÔNIA OCIDENTAL			
- AMAZONAS	960.934	1.448.375	50,7
- RORAIMA	41.638	73.343	76,1
- ACRE	218.006	306.583	40,6
- RONDÔNIA	<u>116.620</u>	<u>500.107</u>	<u>328,8</u>
	1.337.198	2.328.408	74,1
4. MATO GROSSO (Norte)	612.887	1.145.942	86,9
5. MATO GROSSO DO SUL	1.010.000	1.341.074	32,7
6. GOIÁS (todo o Estado)	2.997.570	3.951.339	31,8
7. DISTRITO FEDERAL	546.015	1.199.141	119,6
TOTAL AMAZÔNIA E CENTRO-OESTE	11.854.285	17.683.509	49,1

Obs: Dados preliminares do Censo de 1980, publicados no jornal "O Estado de São Paulo", edição de 19.11.1980.
População total do Brasil ... 117.797.598 (Censo 1980 - sujeito à revisão).

PROJEÇÕES E ANTECIPAÇÕES

O quadro geral aqui esboçado, abrangendo um amplo espectro da realidade amazônica de hoje, procurou atualizar a imagem da região. Saindo do imobilismo do espaço e da inércia no tempo, a Amazônia adquire novo dinamismo, necessitando agora afirmar, perante o país e a nação brasileira, a sua multi-vocação baseada no imenso potencial de seu sub-solo, rios, várzeas, florestas e de seus recursos naturais e humanos, e, afinal, tirar partido de sua grandeza e de sua privilegiada posição geopolítica no mediterrâneo continental.

O desenvolvimento desses recursos, em benefício do povo amazônica, como parte integrante da nação brasileira, exige agora e no futuro, inter-alia, consideráveis investimentos: 1) cognitivos, para aprofundar as pesquisas científicas e desenvolver processos tecnológicos, visando descobrir, identificar e explorar as oportunidades econômicas, respeitando os seus ecossistemas mais significativos; 2) de infraestrutura, para criar economias externas que ofereçam maior eficiência operacional e reduzam o estirão da distância; 3) sociais, educação e saúde, para promover e desenvolver as oportunidades de ascensão social das gerações mais novas; 4) de integração, para articular as diversas regiões e sub-regiões amazônicas entre si, e com o resto do país e do mundo, de modo que as vantagens comparativas e a alocação de recursos possam atuar numa economia de mercado mais livre, aberta e democrática.

Algumas décadas decorrerão ainda antes que as nossas aspirações de amazônicas venham a ser realizadas. Os desequilíbrios no balanço de pagamentos, o crescente endividamento externo, a crise do petróleo e a inflação poderão retardar ou diminuir, por algum tempo, o ímpeto dessa empresa.

O importante, porém, é reconhecer que a Amazônia, hoje, mais do que nunca, pode contribuir para a solução dos problemas que afligem a nação brasileira, pois ela representa a garantia e a razão de ser do nosso próprio futuro.

1720
Comp.



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

Comunicado

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas e da região Norte. O uso deste documento é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais – Lei n. 9.610/98).

Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas.

Contato

E-mail : acervodigitalsec@gmail.com

